

Arq. Gen. 18 JUL 1985

## Mais confusão na lista de constituintes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, foi surpreendido ontem com a divulgação de um novo texto de decreto, preparado pelo Palácio do Planalto, criando a Comissão Constitucional do Executivo, que oferecerá subsídios à Assembléia Nacional Constituinte. O documento, publicado pelo jornal Correio Brasiliense era, contudo, apenas uma das minutas que circularam pelo Gabinete Civil. A confusão foi desfeita com um telefonema de Fernando Lyra ao ministro José Hugo Castelo Branco, que lhe assegurou que aquela não era a versão definitiva.

José Hugo, segundo o ministro da Justiça, ficou "muito chateado" com o vazamento do documento da subchefia do Gabinete Civil. A versão definitiva deverá ser divulgada amanhã, conforme prometeu anteontem o presidente José Sarney, com a publicação no Diário Oficial da lista dos integrantes da comissão, juntamente com o decreto e a exposição de motivos do Ministério da Justiça. A lista foi devolvida ontem ao ministro para a colocação do nome completo dos integrantes da comissão.

"Não há implicâncias nem vetos a nomes por parte do presidente Sarney", afirmou Fernando Lyra, salientando que os sucessivos adiamentos da divulgação do texto final foram motivados apenas por discordâncias do

presidente da República quanto à forma apresentada pelo Ministério da Justiça.

Pela manhã, Lyra ficou muito irritado com a matéria do Correio e prometeu divulgar nota oficial esclarecendo o assunto, mas voltou atrás por recomendação de seus assessores diretos, que opinaram sobre a inconveniência de polêmica com a imprensa.

### ESVAZIAMENTO

Assessores do Ministério da Justiça admitiram ontem que a polêmica em torno da criação da Comissão Constitucional e dos nomes que deverão integrá-la está "esvaziando" a sua importância. Eles lembraram que a proposta original do presidente eleito Tancredo Neves era criar uma comissão, presidida pelo jurista Afonso Arinos, destinada apenas a estimular o debate da Assembléia Nacional Constituinte.

A idéia de Tancredo era deixar à critério da própria comissão, então chamada Pré-Constituinte, a forma de convocação da Assembléia, prevendo que seus trabalhos terminariam muito antes da instalação da Constituinte. Os assessores lembraram, ainda, que as Constituintes anteriores foram precedidas de uma comissão, com exceção da de 46 — que usou o anteprojeto de 34 — porque o Congresso estava fechado.